

Hidrelétricas na Amazônia: a falácia da “energia limpa”



A construção de hidrelétricas na Amazônia configura uma escolha equivocada dos pontos de vista social, econômico e ambiental. Esses empreendimentos têm altos custos financeiros e socioambientais, causando impactos irreversíveis sobre a biodiversidade e os modos de vida de populações tradicionais, como detalhado na presente Nota Técnica. Por serem fortemente subsidiadas, as hidrelétricas retardam a transição para fontes renováveis mais eficientes, como a solar e a eólica. Longe de serem uma solução de “energia limpa”, emitem gases de efeito estufa e intensificam o desmatamento regional, comprometendo os serviços climáticos prestados pela Amazônia, fundamentais para a agricultura e a segurança hídrica nacional. Deixar de construir novas hidrelétricas na região e mitigar os impactos das hidrelétricas existentes são decisões estratégicas para proteger a segurança energética, climática, ambiental e alimentar do Brasil.

Recomendações específicas:

- 1 Grandes barragens na Amazônia não são sustentáveis, e novas barragens de 10 MW ou mais de capacidade instalada não devem ser construídas na região.
- 2 Para decisões sobre barragens menores, como todos os locais propícios para aproveitamento hidrelétrico na Amazônia já são conhecidos, levantamentos da biodiversidade e fatores socioambientais a montante e a jusante desses locais devem ser feitos agora para subsidiar modelos de custo-benefício e quantificar os custos socioambientais antes da tomada de decisão.
- 3 Deve-se minimizar as perturbações do ciclo hidrológico natural na operação das barragens já construídas, levando em consideração critérios baseados nas pesquisas citadas na Nota Técnica e no conhecimento das populações tradicionais que vivem nos locais afetados, garantindo ciclos de enchente, cheia, vazante e seca compatíveis com a dinâmica ecológica das bacias.
- 4 Nas avaliações de impacto ambiental e nos programas de monitoramento de impactos das barragens existentes deve-se:
 - ampliar as áreas estudadas, em especial a jusante das barragens;
 - realizar os estudos ambientais com uma antecedência que permita avaliar como se desenrolam os ciclos sazonais;
 - considerar de maneira diferenciada os ambientes alagáveis, além dos aquáticos e terrestres;
 - definir questões objetivas sobre impactos que afetam os diferentes ambientes amazônicos, incluindo os efeitos cumulativos e sinérgicos de múltiplas barragens e as consequências ecossistêmicas das alterações nas paisagens.
- 5 Fortalecer as estratégias de proteção de áreas próximas às barragens e reservatórios existentes, incluindo ecossistemas únicos, como os afloramentos rochosos e as florestas de várzea e igapó, ilhas e florestas, visando reduzir os efeitos da exploração madeireira ilegal, incêndios florestais e outros agentes de degradação.
- 6 Estabelecer e/ou manter os programas de monitoramento científico de longo prazo em parceria com as populações locais afetadas, que conheçam os ambientes locais e suas vulnerabilidades, com gestão independente das empresas produtoras de energia, permitindo uma comparação de resultados e evitando o monopólio da informação pelas empresas interessadas na exploração dos recursos naturais.
- 7 Proibir a inclusão de cláusulas de sigilo sobre resultados de pesquisas socioambientais nos contratos de elaboração de estudos de impactos e de monitoramento de impactos decorrentes da instalação e operação de usinas hidrelétricas na Amazônia.
- 8 Desenvolver plataformas para compartilhamento de informações com as partes interessadas. O envolvimento dos tomadores de decisões e das comunidades locais nas pesquisas em curso é uma estratégia para assegurar que os conhecimentos gerados nos estudos científicos contribuam para as avaliações e decisões em relação a novos projetos hidrelétricos na Amazônia.